



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA- UEPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E AGRÁRIAS-CCHA
DEPARTAMENTO DE LETRAS E HUMANIDADES - DLH
LICENCIATURA PLENA EM LETRAS**

O ENSINO DA GRAMÁTICA NORMATIVA: uma questão a ser repensada

MAÍSA DE ARAÚJO FARIA

**CATOLÉ DO ROCHA- PB
2022**

MAÍSA DE ARAÚJO FARIA

O ENSINO DA GRAMÁTICA NORMATIVA: uma questão a ser repensada

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Letras e Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba-Campus IV, como um dos requisitos para obtenção do grau em Licenciatura.

Orientadora: Prof.^a. Ma. Maria Karoliny Lima de Oliveira

**CATOLÉ DO ROCHA- PB
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

F219e Faria, Maisa de Araujo.
O ensino da gramática normativa: uma questão a ser repensada [manuscrito] / Maisa de Araujo Faria. - 2022.
31 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Português) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Agrárias, 2022.

"Orientação : Profa. Ma. Maria Karoliny Lima de Oliveira ,
Coordenação do Curso de Letras - CCHA."

1. Ensino. 2. Gramática. 3. Contextualização. 4.
Competência comunicativa. I. Título

21. ed. CDD 372.6

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, por ter me concedido a oportunidade de cursar o curso de Letras e me dar forças para vencer todas as dificuldades que foram surgindo ao longo do curso. Sem Ele nada disso seria possível.

À minha família, que em momento algum desacreditou do meu sonho. Em especial à minha mãe, que sempre esteve ao meu lado me dando forças para continuar, ao meu marido, por estar sempre me incentivando diante das dificuldades que tive durante o curso, diante das quais muitas vezes pensei em desistir, mas graças a Deus permaneci firme e forte até o fim, com a força e o incentivo das pessoas que acreditaram e que não me deixaram desistir de concluir o curso. Por isso ofereço a vocês todas as conquistas que me surgirão de hoje em diante.

À Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), pela oportunidade que eu tive de concluir o curso.

A todos os professores do campus IV do curso de Letras, que me fizeram aprender e entender o quanto é importante o papel do professor diante da sociedade. Obrigado a todos vocês pelos ensinamentos que me foram dados.

Aos meus colegas de curso, em especial a Taiza, Jeferson, Andreyana, Rita e Jordânia, que sempre me incentivaram e me ajudaram quando precisei.

À professora Patrícia, pela competência profissional e por ter me guiado no começo do desenvolvimento do meu Trabalho de Conclusão de Curso, mas que por motivos maiores não pôde terminar. Obrigada por todos os ensinamentos e pela oportunidade que tive, de conhecer uma excelente profissional.

À minha professora orientadora Karoliny Oliveira, por ter aceitado meu pedido de orientação. Obrigada pelo carinho e pelos momentos de apropriação de conhecimento. As discussões e reflexões foram fundamentais para a elaboração deste trabalho. Você é uma profissional excelente. Obrigada por tudo.

Enfim, a todos que, de maneira direta ou indireta, contribuíram para a conclusão desta jornada: a vocês meu muito obrigada.

MAÍSA DE ARAÚJO FARIA

O ENSINO DA GRAMÁTICA NORMATIVA: UMA QUESTÃO A SER REPENSADA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Letras e Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba-Campus IV, como um dos requisitos para obtenção do grau em Licenciatura.

Orientadora: Prof.^a. Ma. Maria Karoliny Lima de Oliveira

Aprovada em: 11/07/2022

BANCA EXAMINADORA

Maria Karoliny Lima de Oliveira

Prof.^aMa. Maria Karoliny Lima de Oliveira

ORIENTADORA - UEPB/CAMPUS IV

Bianca Sonale Fonseca da Silva

Profa. Ma. Bianca Sonale Fonseca da Silva

EXAMINADORA- UEPB/CAMPUS IV

Eianny Cecilia de A. P. e Almeida

Profa. Ma. Eianny Cecília de Abrantes Pontes

EXAMINADORA -UEPB/CAMPUS IV

RESUMO

Tendo em vista que o ensino de Língua Portuguesa ainda se encontra centrado no ensino da norma padrão, ou seja, no emprego das regras gramaticais de maneira descontextualizada, o presente trabalho tem como objetivo trazer reflexões sobre mecanismos que contribuam para um ensino de gramática normativa que promova o desenvolvimento das competências comunicativas dos alunos, a fim de fazer uma análise sobre um ensino da gramática que auxilie no desenvolvimento das competências comunicativas dos estudantes. Para tanto, é necessário refletir sobre os equívocos que ainda predominam na escola em relação às aulas de Língua Portuguesa; apresentar reflexões teóricas que culminem em um ensino contextualizado e produtivo da gramática normativa e expor os desafios e obstáculos que inviabilizam um ensino real da gramática nas aulas de Língua Portuguesa. Realiza-se, então, uma pesquisa de caráter bibliográfico, que se apoiou nas orientações teóricas de Antunes (2003, 2007), Marcuschi (2001, 2008), Carvalho e Ferrarezi (2018), dentre outros autores que trazem posicionamentos pertinentes acerca da temática abordada. Nossas discussões apontaram para a necessidade de repensar a forma como os aspectos gramaticais são passados para os alunos, tendo em vista um ensino interativo e contextualizado que permita ao aluno um ensino produtivo e desenvolvidor de uma percepção mais ampla acerca do ensino-aprendizagem de gramática.

Palavras-chave: Ensino. Gramática. Contextualização. Competência comunicativa.

ABSTRACT

Considering that the teaching of the Portuguese language is still focused on the teaching of the linguistic standard, that is, on the use of grammatical rules in a decontextualized way, this article aims to bring reflections on mechanisms that contribute to the teaching of normative grammar that helps in the development of students' communicative skills. Therefore, it is necessary to reflect on the misconceptions that still predominate at school in relation to Portuguese language classes. We need theoretical reflections that culminate in a contextualized and productive teaching of normative grammar and expose the challenges and obstacles that make a real teaching of grammar in Portuguese language classes unfeasible. A bibliographic research was then carried out. The referring study was based on the theoretical guidelines of Antunes (2003, 2007), Marcuschi (2001, 2008), Carvalho and Ferrarezi (2018), and other authors who bring relevant positions about the subject addressed. Our discussions pointed to the need to rethink the way in which grammatical aspects are presented to students, in view of an interactive and contextualized teaching that allows the student to have a productive learning and to develop a broader perception about grammar.

Keywords: Teaching. Grammar. Contextualization. Communicative competence.

SUMÁRIO

<u>1 INTRODUÇÃO</u>	9
<u>2 O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA CONTEMPORANEIDADE</u>	11
<u>2.1 Reflexões passadas pertinentes para novas posturas no ensino de gramática</u> ..	12
<u>2.2 Um diálogo sobre variedades linguísticas na educação básica</u>	15
<u>3 POR UM ENSINO DE GRAMÁTICA A PARTIR DOS GÊNEROS TEXTUAIS</u>	19
<u>3.1 Oralidade nas aulas de língua portuguesa na perspectiva dos gêneros textuais e ensino</u>	20
<u>3.2 O ensino de gramática conforme a BNCC e os PCN's: diálogos pertinentes</u>	23
<u>3.3 Propostas pedagógicas para o ensino de gramática</u>	26
<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	32

1 INTRODUÇÃO

São perceptíveis as dificuldades encontradas nas instituições escolares, no que diz respeito ao ensino da gramática normativa, há um bom tempo que o ensino de Língua Portuguesa vem sendo objeto de várias críticas e sugestões voltadas para a necessidade de mudanças significativas no modelo de ensino, uma vez que ainda persistem práticas inapropriadas, que não se adequam às recentes concepções de língua, fazendo assim com que o ensino da gramática normativa se torne um equívoco.

Partindo desse pensamento, compreende-se que o modo como a gramática normativa é abordada para os alunos acaba, de certa forma, prejudicando-os, haja vista que esse modo se baseia em um ensino pautado na memorização de regras gramaticais, e o estudo da língua, como diversos autores que serão mencionados apontam, não se baseia apenas nesse tipo de abordagem. Desta maneira, os alunos acabam por encararem a língua como algo intimidador e frustrante, o que culmina em pensamentos negativos em relação às aulas de Português, visto que os discentes encaram essa disciplina como algo difícil.

Como o que prevalece nas aulas de Língua Portuguesa continua sendo o estudo das nomenclaturas e classificações gramaticais, frequentar à escola para estudar Português pode não ser tão relevante para os alunos. Desta maneira, fica clara a necessidade de que haja, por parte dos docentes que atuam como essa disciplina, um momento de renovação, para que se note, assim, uma contribuição relevante, fazendo com que os alunos ampliem suas competências nos usos oral e escrito da Língua Portuguesa.

Assim sendo, são necessárias reflexões teóricas acerca do ensino da gramática normativa que promovam o desenvolvimento de competências comunicativas. Isto porque se tem a necessidade de buscar novos caminhos para o ensino de Língua Portuguesa, com o intuito de promover um ensino que auxilie positivamente na aprendizagem dos alunos, buscando discutir maneiras e reflexões que desmistifiquem os equívocos que ainda permanecem na escola, em relação às aulas de Língua Portuguesa. Em virtude das inquietações citadas, a escolha desse tema e objeto de estudo visa contribuir para sustentar as discussões acerca dos questionamentos que surgiram, buscando-se discutir sobre a importância de um ensino de gramática de forma contextualizada por meio do qual os alunos possam se

tornar sujeitos ativos e não passivos no processo de aprendizagem.

De acordo com as inquietações citadas, as justificativas postas e o método de análise a ser desenvolvido, essa pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, de cunho qualitativo. Para seu desenvolvimento propõe-se o seguinte objetivo geral: analisar o ensino da gramática que auxilie no desenvolvimento das competências comunicativas dos estudantes. A pesquisa tem como objetivos específicos: Refletir sobre os equívocos que ainda predominam na escola em relação às aulas de Língua Portuguesa; apresentar reflexões teóricas que culminem em um ensino contextualizado e produtivo da gramática normativa e discutir sobre os desafios e obstáculos que inviabilizam um ensino real da gramática nas aulas de Língua Portuguesa. Para tanto, a pesquisa se desenvolverá à luz de teóricos como: Antunes (2003, 2007), Marcuschi (2001, 2008), Carvalho e Ferrarezi (2018), entre outros.

Para uma maior compreensão desse estudo, o texto foi dividido nas seguintes seções: no primeiro momento será abordado o ensino de língua na sua perspectiva tradicional; em seguida serão feitas reflexões acerca de um ensino que seja contextualizado e produtivo; no último tópico do presente artigo haverá discussões sobre os desafios e os obstáculos que ainda se interpõem ao ensino da gramática normativa, a fim de buscar novas metodologias de ensino da gramática, possibilitando ao aluno um ensino de Língua Portuguesa que promova a ação e a reflexão, caracterizando assim, um ensino contextualizado.

2 O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA CONTEMPORANEIDADE

O ensino de Língua Portuguesa vem enfrentando alguns obstáculos diante do seu percurso, pois o que se tem visto no cenário atual de muitas salas de aula é a continuação de um ensino tradicionalista, ou seja, a escola mesmo tendo alguns avanços significativos nesse campo ainda segue ministrando exercícios prontos, do que os que provocam o aluno a refletir. De acordo com a visão de Antunes (2007), a língua não deve ser vista como um sistema fixo e fechado, de modo que a autora indica a necessidade de abordar o ensino de língua em uma outra perspectiva que possa favorecer os processos de ação, interação e reflexão para o desenvolvimento de um ensino produtivo, pois o que ainda predomina nas aulas de Português continua sendo o estudo prático das nomenclaturas e classificações gramaticais. Com isso, os alunos acabam por criarem certo desinteresse em relação às aulas de Língua Portuguesa, visto que as mesmas ainda se centram em um ensino em que a gramática é descontextualizada, utilizando uma abordagem predominantemente prescritiva, preocupando-se apenas em marcar o certo e o errado, e que não tem como apoio o uso da língua em textos reais. Por isso, Antunes (2003, p. 108-109) destaca que “[...] a única exigência da escola é chegar aos usos sociais da língua, na forma em que ela acontece no dia a dia da vida das pessoas, a língua em função”.

Vale ressaltar, ainda, que o ensino de Língua Portuguesa no contexto educacional brasileiro tem sido principalmente baseado nas regras da gramática normativa tida como o manual do bem falar e do bem escrever, de modo que a escola brasileira ainda persiste na ilusão de que os alunos conseguirão aprender a falar *direito* simplesmente por decorarem as muitas regras de gramática. Com isso, a escola perde muito tempo com questões de mera nomenclatura e de classificações, tempo esse que poderia ser investido em apresentar para os alunos a língua em sua riqueza de usos e expressões, oferecendo-lhes meios de se tornarem usuários mais competentes de sua língua materna.

Com isso, pode-se destacar que os professores de Língua Portuguesa até tentam mudar suas metodologias, buscando novas maneiras de ensinar a gramática no entanto se veem oprimidos pela escola uma vez que a mesma cobra o ensino das regras gramaticais por acreditar que ensinar Português é ensinar unicamente a gramática normativa. Segundo Antunes (2003), o grande equívoco que ainda norteia o ensino da língua tem sido o de acreditar que em se ensinando análise sintática e

nomenclatura gramatical aos alunos, estes serão aptos e competentes para ler e escrever textos de forma adequada, conforme várias situações sociais. A autora citada acima ainda ressalta que a gramática normativa sozinha nunca foi suficiente para que se possa conseguir ampliar e aperfeiçoar o desempenho comunicativo dos estudantes.

Desta forma, cabe ao campo docente um olhar engajado e crítico sobre a realidade sócio-histórica da contemporaneidade, que permeia o contexto escolar brasileiro. É preciso que o professor de Língua Portuguesa repense suas práticas acerca do que vêm a ser a língua e o ensino de língua.

2.1 Reflexões passadas pertinentes para novas posturas no ensino de gramática

São perceptíveis os percalços encontrados no caminho do ensino da gramática. Ainda existe uma grande pedra no meio do caminho da aula de Português a ser driblada, pois o ensino da gramática ainda hoje é um grande desafio, visto que as práticas de ensino muitas vezes não evoluem e continuam seguindo apenas velhos manuais de regras, as quais ditam o pretense saber falar e escrever bem, de modo que muitas vezes se acredita que os alunos precisam seguir a norma culta da língua sempre. No entanto, sabe-se que o ensino da gramática não é somente limitado ao propósito de seguir regras e nomenclaturas. De acordo com Antunes (2007),

Tudo se mistura numa imensa confusão, agravada pelas pressões sociais em torno do ideal de um falar correto, supostamente mais perfeito e prova de superioridade intelectual e cognitiva. E o resultado é que, quando se sai da escola, se sai mais confuso, com uma visão de língua deturpada, reduzida e falseada, terreno muito propício à gestação de preconceitos e de simplismos inacabáveis (ANTUNES, 2007, p. 15-16).

A autora chama a atenção para o contexto de nossas aulas de Língua Portuguesa, pois as mesmas são cercadas de exigências e equívocos por parte dos professores, ao cobrarem dos alunos um conjunto de regras a serem decoradas juntamente com a ideia errônea de que os alunos precisam se utilizar somente do uso da norma tida como culta, a pretensa norma do bem falar. Ao partir desse pensamento, compreendem-se os motivos e as crenças que fazem com que os educandos rotulem a escola como um universo isolado, de maneira que a ideia de não

saber o português se instala na cabeça dos mesmos. Como bem destacou Antunes, os alunos saem da escola bem mais confusos e com o pensamento de que ir à escola e estudar Português parece ser algo muito difícil. Na verdade, a junção entre língua e gramática normativa é o que tem provocado o grande obstáculo para um ensino de Língua Portuguesa que seja capaz de despertar o interesse por parte dos alunos. Estes, por sua vez, deixam explícito que não conseguem entender bem os conteúdos quando estudam o Português. No contexto escolar, a língua que os próprios estudantes falam passa a causar estranhamento e rejeição, e isso acaba fazendo com que os mesmos percam a vontade de ir à escola e de estudar Português.

Fica claro que ainda persistem práticas inadequadas e equivocadas no ensino de Língua Portuguesa, e que o campo docente, juntamente com a escola ainda insiste em práticas arcaicas. Desta maneira, a escola gera um quadro nada animador para quem precisa ir à escola para adquirir competências em leitura e escrita de textos, uma vez que os alunos acabam por acharem o ensino de Língua Portuguesa algo complicado. Desde o ensino fundamental pode-se perceber que ainda há a persistência de uma prática pedagógica que, em muitos aspectos, ainda mantém uma visão reducionista do estudo da palavra e da frase, o que acaba ocasionando muito pouco interesse e quase nenhum encanto por parte dos educandos em relação às aulas de gramática.

Não basta conhecer gramática para desenvolver as competências comunicativas com sucesso. Um dos maiores equívocos ainda consiste em acreditar que dominar as regras gramaticais é o suficiente para se conseguir ler e escrever com sucesso os mais diferentes gêneros de textos conforme a norma socialmente prestigiada pela sociedade, a escola perde tempo com essas questões enquanto o estudo das regras de uso da língua levando em consideração textos reais é deixado de lado. Segundo Antunes (2003), a gramática por si só nunca foi suficiente para alguém conseguir ampliar e aperfeiçoar seu desempenho comunicativo.

Devido a razões históricas, foi atribuída à gramática a função de preservar e de garantir o bom uso da língua, o que fez com que a mesma fosse elevada a um patamar de guardião da língua, passando a ser seguida como uma doutrina intocável, infalível, diante da qual só restava a opção de conhecê-la e segui-la. Com isso passam-se a ver os manuais de gramática como completos e exatos, em que se pode encontrar a resposta certa para qualquer dúvida ou problema linguístico que surja.

Essa concepção gerou o que predomina nas aulas de Português: o estudo das

regras e aplicações gramaticais. Dessa forma, o professor de Português fica muitas vezes diante de sua turma analisando se o sujeito é determinado ou indeterminado, como usar as reflexões verbais para indicar diferenças de tempo e de modo, como usar o artigo indefinido e o definido, dentre outros tópicos, de forma não contextualizada, e os alunos ficam privados de um ensino proveitoso. Carvalho e Ferrarezi vêm dizer que:

É triste - tristíssimo! - que a escola brasileira não tenha enxergado isso ainda. É triste - tristíssimo! - que a escola ainda nutra a ilusão de que os alunos vão aprender a falar “direito” simplesmente porque decoram as regras de gramática. Não vão! A ciência mostra: **não é assim que funciona**. No fundo, a escola tem-se enganado a si mesma em relação a esse fato de suma importância para a vida dos alunos e para a transformação social. Já é hora de graves e profundas mudanças em relação a esse aprendizado necessário e urgente (CARVALHO; FERRAREZI, 2018, p. 153 – 154, grifo dos autores).

O que se torna perceptível, dentro da fala dos autores, é que a escola está parada no tempo, pois ainda insiste em práticas pedagógicas nada condizentes com o ensino significativo de língua. Os autores ainda reforçam a ideia de mudanças, e pontuam que estas são urgentes, pois é preciso que o campo docente tome novas perspectivas em relação ao ensino de Língua Portuguesa.

Os professores de Língua Portuguesa que ainda insistem nesse ensino descontextualizado não admitem mudar suas metodologias e acreditam fielmente que ensinar Português é estudar unicamente a gramática normativa. Dessa maneira, os docentes envolvidos nesse contexto acabam privando seus alunos de um ensino adequado e produtivo. De acordo com Antunes:

Ingenuamente, a gramática foi posta num pedestal e se atribuiu a ela um papel quase de onipotência frente àquilo que precisamos saber para enfrentar os desafios de uma interação eficaz. E daí vieram as distorções: a fixação no estudo da gramática, como se ela bastasse, como se nada mais fosse necessário para ser eficaz nas atividades de linguagem verbal (ANTUNES, 2007, p. 42).

A partir do proposto pela autora, fica evidente que o ensino da gramática ainda se encontra em um patamar muito elevado, e que ainda não são perceptíveis as mudanças quanto ao modo de ensino. Dessa maneira, os professores precisam adotar uma atividade pedagógica realmente capaz de oferecer resultados mais

positivos e gratificantes. O docente precisa discutir e refletir, para assim poder identificar os problemas e encontrar saídas para mudanças. Segundo Antunes:

Em suma, o fundamental é que o professor garanta ao aluno a oportunidade de *enfrentar o desafio da leitura, da escrita, da escuta, da fala*(do convencional cotidiano à fala formal), com todos os gostos e riscos que isso pode trazer. Só assim ele há de chegar à experiência comunicativa inteiramente assumida, com a autoconfiança de que somos capazes de exercer, também pelo linguístico, a cidadania que nos cabe por pleno direito (ANTUNES, 2003, p.166, grifo da autora).

Nesse sentido, ressalta-se que o que deve ser mudado é a maneira como se vem trabalhando a gramática normativa, priorizando o uso adequado das regras. Portanto é preciso pensar em profissionais competentes, teoricamente embasados sobre os estudos da gramática, para que possam, então, proporcionar aos seus educandos aulas que sejam significativas e que tenham relevância, tornando-se mais prazerosas e produtivas.

2.2 Um diálogo sobre variedades linguísticas na educação básica

Ainda persiste um quadro nada animador na escola quanto ao ensino de Língua Portuguesa. No que diz respeito à abordagem da oralidade, nossas escolas continuam sendo silenciadoras. O fato é que as aulas de língua materna não são feitas para o aluno pensar, pois parte-se quase sempre da pressuposição de que aquilo que o aluno conhece não é a Língua Portuguesa que ele deve conhecer. As aulas tradicionais se baseiam muito mais na memorização do que seria a Língua Portuguesa correta, a qual os alunos deveriam supostamente seguir, não aceitando as variedades linguísticas dos falantes, pois os mesmos precisam se utilizar da norma culta da língua.

Partindo desse modelo de ensino, as aulas de língua continuam sendo silenciadoras, fragmentadas e centradas na ilusão do ensino da norma tida como a de prestígio. Com isso, surge, então, a necessidade de ver o ensino de língua em uma outra perspectiva, favorecendo, assim, os processos de ação, interação e reflexão entre docentes e alunos, para que assim se possam desenvolver as competências comunicativas. Segundo o documento PCN (1997):

O Brasil possui muitas variedades dialetais; recomenda-se que o preconceito disseminado na sociedade em relação às falas dialetais deve ser enfrentado, na escola, como parte do objetivo educacional mais amplo de educação para o respeito à diferença. Para isso, e também para poder ensinar Língua Portuguesa, a escola precisa livrar-se de alguns mitos: o de que existe uma única forma certa de falar a que se parece com a escrita e o de que a escrita é o espelho da fala e, sendo assim, seria preciso “concertar” a fala do aluno para evitar que ele escreva errado. Essas duas crenças produziam uma prática de mutilação cultural que, além de desvalorizar a forma de falar do aluno, tratando sua comunidade como se fosse formada por incapazes, denota desconhecimento de que a escrita de uma língua não corresponde inteiramente a nenhum de seus dialetos, por mais prestígio que um deles tenha em um dado momento histórico (BRASIL, 1997, p. 26).

Os PCN's afirmam que a escola precisa adotar um novo perfil didático para o ensino de língua com base na interação, respeitando as falas dos alunos e deixando de lado a crença de que existe uma única forma certa de falar, que seria o da norma culta da língua. Entretanto, vale ressaltar que esse pensamento ainda não é visto pela maioria dos professores de língua materna, uma vez que muitos professores preferem encarar a língua como algo que possui uma única gramática, compacta e sólida, que dita, assim, os possíveis usos da língua, e com isso acabam estudando a língua apenas pelas estruturas gramaticais descontextualizadas de seu uso.

Com isso, compreende-se que o que deve ser mudado é a maneira como os professores vêm trabalhando a gramática normativa, priorizando a adequação do uso das regras. É preciso entender que a língua tem vida a partir de seus falantes, e que estes, por sua vez, são seres concretos e não abstratos. Segundo Antunes:

A língua não pode ser vista tão simplesmente, como uma questão, apenas de certo e errado, ou como um conjunto de palavras que pertencem a determinada classe e que se juntam para formar frases, à volta de um sujeito e de um predicado. A língua é muito mais que isso tudo. É parte de nós mesmos, de nossa identidade cultural, histórica, social. É por meio dela que nos socializamos, que interagimos, que desenvolvemos nosso sentimento de pertencimento a um grupo, a uma comunidade. É a língua que nos faz sentir pertencendo a um espaço (ANTUNES, 2007, p. 22).

Para a autora, não existe manifestação linguística fora de um contexto, assim como também não deve existir um ensino de língua pautado em sentenças isoladas, no qual o estudo da gramática é o único conteúdo que possa ditar o certo e errado em nossa língua. A sociedade em que o estudante está inserido é repleta de variações

linguísticas, e o modo como se fala não pode ser considerado somente um. É preciso levar em consideração o meio em que o aluno está inserido, e vale ressaltar ainda que é preciso aceitar as formas linguísticas de cada um, deixando de lado os preconceitos linguísticos que ainda norteiam o ensino de língua.

Se as aulas de Língua Portuguesa continuarem sendo povoadas apenas pelos ditames da gramática tradicional, de regras fora dos padrões e de imensas listas de palavras, de regras para decorar, de exercícios copiados no quadro, de tarefas do livro didático e só, desta maneira nunca haverá tempo e espaço para o ensino das competências comunicativas. Nesse sentido, estudar a língua significa observar seus contextos de uso e como esta pode melhorar a vida do aluno perante a sociedade. De acordo com os PCN's:

Não é papel da escola ensinar o aluno a falar: isso é algo que a criança aprende muito antes da idade escolar. Talvez por isso, a escola não tenha tomado para si a tarefa de ensinar quaisquer usos e formas da língua oral. Quando o fez, foi de maneira inadequada: tentou corrigir a fala “errada” dos alunos – por não ser coincidente com a variedade linguística de prestígio social -, e com a esperança de evitar que escrevessem errado. Reforçou, assim, o preconceito contra aqueles que falam diferente da variedade prestigiada (BRASIL, 1997, p. 48-49).

Com isso, é preciso que o campo docente, junto à escola, passe a enxergar que na língua há bem mais questões do que meramente erros e acertos gramaticais. Nesse sentido é preciso pensar um profissional competente teoricamente sobre os estudos linguísticos, para que assim possam proporcionar aos alunos aulas que provoquem o pensar. É preciso desmistificar o fato de os alunos acharem que a sua língua não é suficientemente boa, que é errada, de que não conseguem aprender os padrões linguísticos e culturais corretos impostos pela norma culta da linguagem. Conforme os PCN's:

Compete à escola garantir o trato, cada vez mais necessário, com a diversidade, com a diferença. Eis, então, a demanda que se coloca para a escola: contemplar de forma crítica essas novas práticas de linguagem e produções, não só na perspectiva de atender às muitas demandas sociais que convergem para um uso qualitativo e ético das TDIC – necessário para o mundo do trabalho, para estudar, para a vida cotidiana etc. -, mas de também fomentar o debate e outras demandas sociais que cercam essas práticas e usos. É preciso saber reconhecer os discursos de ódio, refletir sobre os limites entre liberdade de expressão e ataque a direitos, aprender a debater idéias,

considerando posições e argumentos contrários (BRASIL, 2017, p. 70).

Com base nos PCN's e com o que já foi dito, destaca-se que os professores precisam reformular suas metodologias de ensino, buscando um ensino que seja contextualizado, para que assim possa demonstrar ser um profissional competente teoricamente sobre os estudos linguísticos, e com isso poder proporcionar aos seus alunos aulas que provoquem o pensar. Ou seja, objetiva-se colocar os educandos em atuação diante da vida e da sociedade a partir da sua própria linguagem.

3 POR UM ENSINO DE GRAMÁTICA A PARTIR DOS GÊNEROS TEXTUAIS

O ensino de Língua Portuguesa tem enfrentado obstáculos visíveis para alcançar seu objetivo central, que é desenvolver as competências comunicativas dos alunos. O maior desses obstáculos está na dificuldade que alguns professores encontram para ultrapassar o ensino prescritivo da gramática normativa e adentrar em um ensino reflexivo da língua, que tenha como base o texto.

Quando se diz que um dos obstáculos está pautado no ensino prescritivo da língua, reforça-se que o ensino não deve se basear apenas nas normas da gramática normativa, deixando claro que não se trata de defender o ponto de vista de que os alunos não devam saber como usar as regras gramaticais. Pelo contrário, isto é indispensável para o seu desempenho e formação escolar. O que não deve ser feito é centrar o ensino da Língua Portuguesa apenas na norma padrão.

Com isso, pode-se salientar que os professores devem reformar suas metodologias, visando assim a um ensino de Língua Portuguesa que instigue a ação, a reflexão e a interação da linguagem a partir dos gêneros textuais. Dessa forma é preciso colocar em prática um ensino que tenha como base os gêneros textuais.

Ao utilizar os gêneros textuais no desenvolvimento do ensino de Língua Portuguesa, o professor proporciona ao aluno um maior entendimento dos mais diversos textos que forem trabalhados em sala de aula. Segundo Marcuschi,

Os gêneros textuais são os textos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas (MARCUSCHI, 2008, p. 15).

Diante do que o autor propõe, é possível ressaltar que os gêneros textuais fazem parte da vida cotidiana dos falantes. Com isso, salienta-se a necessidade de se abordarem os gêneros textuais no ensino de Língua Portuguesa, uma vez que os textos são peças fundamentais nos processos de ensino e aprendizagem, visto que a partir do texto o discente ampliará os seus conhecimentos prévios.

A linguagem, em seu uso real no dia a dia dos falantes, é manifestada por estes por meio dos textos orais ou escritos, como debates, bilhetes, recados, mensagens de texto, conversas informais, entrevistas de emprego, listas, reportagens e muitos outros. Com isso, fica claro que o professor precisa trabalhar com os mais variados

gêneros textuais no processo do ensino da língua em geral, incluindo o ensino de gramática, para que assim haja a ampliação significativa dos conhecimentos dos alunos sobre a língua em uso em situações reais. Além disso, o docente poderá trabalhar os mais diversos gêneros textuais, de modo que o mesmo venha a realizar estudos gramaticais que estejam voltados para as necessidades reais de comunicação dos alunos, haja vista que em todo texto há uma gramática. Com isso, a abordagem dos gêneros gramaticais se faz de suma importância para que haja um ensino contextualizado da gramática.

Deste modo, faz-se necessário que o ensino da gramática busque novas metodologias utilizando-se dos gêneros textuais em sua diversidade. É importante que se faça o uso dos diversos tipos de gêneros, a fim de se encontrar direcionamentos específicos a serem trabalhados em sala de aula, e com isso buscar estabelecer as possíveis finalidades, ao apresentar o texto como mecanismo de interação e colocá-lo no universo didático-pedagógico como ferramenta indispensável de ensino e aprendizagem.

3.1 Oralidade nas aulas de língua portuguesa na perspectiva dos gêneros textuais e ensino

A oralidade como prática social discursiva era encarada pelos professores como uma atividade tardia dentro da cultura escolar, principalmente quando se tratava das aulas de Língua Portuguesa. Contudo, a partir da nova concepção de língua/linguagem as instituições de ensino podem e devem criar novas competências comunicativas, possibilitando aos alunos o domínio da oralidade nos diferentes contextos. Segundo os PCN's (BRASIL, 1997), compete ao campo educacional ensinar o aluno a utilizar a linguagem oral nas diversas circunstâncias comunicativas. Nesse sentido, o ensino da oralidade nas aulas de Língua Portuguesa é um fator imprescindível na aprendizagem, visto que o domínio oral da língua é fundamental para a participação social efetiva.

Dessa forma, a língua deve ser vista nas escolas como o principal veículo de interação social. Com isso, espera-se que as instituições escolares proporcionem aos alunos situações de conhecimento que possam promover o domínio linguístico que seja capaz de garantir a produção de textos adequados às situações com as quais os estudantes possam se deparar. De acordo com os PCN's (BRASIL, 2000),

O espaço de Língua Portuguesa na escola é garantir o uso ético e estético da linguagem verbal; fazer compreender que pela linguagem é possível transformar/reiterar o social, o cultural, o pessoal: aceitar a complexidade humana, o respeito pelas falas, como parte das vozes possíveis para o desenvolvimento humano [...] enfim, fazer o aluno se compreender com um texto em diálogo constante com outros textos (BRASIL, 2000, p. 22).

A importância da modalidade oral trabalhada em sala de aula é essencial, visto que a fala tem sua própria forma de organização e que através dela os discentes estarão preparados para falar e ouvir de forma crítica e reflexiva em qualquer situação social de comunicação. No entanto, para que isso aconteça é fundamental que a oralidade seja trabalhada em sala de aula desde as séries iniciais, como enfatizam os PCN's: "É importante que situações de exposição oral frequentem os projetos de estudo e sejam ensinados desde as séries iniciais, intensificando-se posteriormente" (BRASIL, 1997, p. 51).

Nesse mesmo sentido, os PCN's destacam ainda a importância de se trabalhar a modalidade oral, tendo em vista que o aluno será avaliado em seu desempenho comunicativo como falante, tendo que se adequar às diferentes condições das situações de fala, apropriando-se aos gêneros orais e, principalmente, às situações interacionais que fazem parte. Logo, tal como explicita o documento, "ensinar língua oral [...] significa desenvolver o domínio dos gêneros que apoiam a aprendizagem escolar de Língua Portuguesa e de outras áreas e, também, os gêneros da vida pública no sentido mais amplo do termo" (BRASIL, 1998, p. 51).

Dessa forma, surge a necessidade de proporcionar aos alunos o convívio com textos orais, instigando tarefas que busquem mostrar a estrutura desses gêneros, levantando características típicas da fala. O uso dos gêneros como instrumento de apoio para a prática da leitura e produção textual pode ser colocado em prática como uma estratégia para ser posta em exercício em sala de aula. Para isso, o professor deve propiciar aos alunos diferentes momentos e práticas que os coloquem em contato com esses gêneros. Com isso, o docente pode propiciar ao aluno situações de produção de textos jornalísticos, entrevistas, debates, seminários, diálogos, discussões de textos orais e escritos pelos alunos, entre várias outras estratégias metodológicas que o professor pode adotar.

O trabalho com a oralidade deve ser levado para a sala de aula, de maneira

que a escola possa propor metodologias de conteúdos que possa promover um ambiente de sala de aula que seja interativo, e que irá oferecer aos alunos o estudo dos gêneros textuais. Assim, ao trabalhar com a modalidade oral da língua, o professor deve garantir a realização de atividades que envolvam a fala, a escuta e a reflexão, bem como observar os usos dos variados gêneros em contextos interacionais. É preciso que o professor pense a sala de aula como o lugar de interação, abordando perspectivas interacionistas para que haja assim um estudo mais aprofundado da oralidade como objeto de ensino nas aulas de Língua Portuguesa. Assim, surge a necessidade de pensar na sala de aula como um ambiente interativo, pois ao considerar a língua como uma atividade interacional irá proporcionar ao aluno a se tornar um ser ativo, reflexivo e interativo.

Trabalhar a oralidade é fundamental aos educandos, haja vista que a mesma é importante para a organização da ideia e a produção de diálogos presentes na comunicação. Para tanto é necessário que a escola possibilite situações que envolvam os alunos em situações reais de fala. A escola deve possibilitar para o aluno atividades que o motivem a trabalhar a oralidade, tendo como base os gêneros do discurso, uma vez que estes auxiliam no desenvolvimento da capacidade de o aluno compreender os discursos dos outros e organizar os seus de forma clara. Para isso, cabe à escola como um todo a atualização de seus currículos, de forma que se programem novos caminhos metodológicos para a implementação do trabalho com os gêneros textuais.

Desta forma, o professor pode trabalhar em suas aulas atividades que envolvam debates, aulas expositivas, participativas, discussões, seminários, entrevistas jornalísticas, entre vários outros gêneros. Com isso percebe-se a importância de se trabalhar a diversidade dos gêneros textuais, já que estes se encontram presentes em todas as esferas sociais. Marcuschi (2008, p. 155) define que “os gêneros textuais são textos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos”. Deste modo, o aluno perceberá as situações de ensino relacionadas com as de sua vida, tanto nos textos lidos como naqueles que ele produzir.

Em síntese, o trabalho com a oralidade nas aulas de Língua Portuguesa tem como resultado a formação de sujeitos autônomos que serão capazes de intervir nas mais diversas situações sociais. Por fim, é imprescindível que tanto o campo docente como a escola trabalhem com os gêneros orais, trabalhando com

planejamentos de atividades que possam desenvolver uma prática pedagógica significativa com os textos orais.

3.2 O ensino de gramática conforme a BNCC e os PCN's: diálogos pertinentes

A Língua Portuguesa como objeto de ensino foi caracterizada como única, oficial, nacional, difícil, normativa e formal. Com isso esses sentidos atribuídos à Língua Portuguesa deve-se ao fato de que oficialmente o processo de gramatização enfatizou como instrumentos linguísticos a gramática e o dicionário, tradicionalmente ligados a esses efeitos de sentido que colaboram para a idealização de uma escrita formal como língua homogênea, estável, imaginária. Diante disso, propõe-se uma abordagem sobre o ensino da gramática a partir de dois importantes documentos: a BNCC e os PCN's.

Ao longo da história do Brasil, o governo, pensando em melhorar a qualidade da educação brasileira, tem investido em ações na área educacional. Dentre várias ações, os PCN's de Língua Portuguesa foram introduzidos na tentativa de redirecionar o objeto e os objetivos do ensino de LP (Língua Portuguesa). Alguns anos atrás, o ensino de Língua Portuguesa era voltado para a gramática tradicional e normativa, ainda hoje é possível encontrar em nossas escolas práticas de ensino que ainda pregam a gramática normativa. Contudo, com as discussões e avanços das pesquisas no Campo linguístico, surgiram importantes críticas, questionando

A excessiva valorização da gramática normativa e a insistência nas regras de exceção, com o conseqüente preconceito contra as formas de oralidade e as variedades não-padrão; o ensino descontextualizado da metalinguagem, normalmente associado a exercícios mecânicos de identificação de fragmentos linguísticos em frases soltas; a apresentação de uma teoria gramatical inconsistente, uma espécie de gramática tradicional mitigada e facilitada (BRASIL, 1998, P. 18).

A partir dessas reflexões, discute-se a necessidade de reestruturar o ensino de LP, visando a um ensino que vá além do simples emprego da gramática normativa. Os PCN's apresentam propostas de repensar o ensino de LP com o foco no uso da linguagem e disserta, na parte introdutória da apresentação da área de LP, a respeito da necessidade de melhorar a qualidade do ensino no Brasil, principalmente no que se refere à leitura e à escrita da LP. Ainda sobre o ensino da gramática, os PCN's vêm

dizer que:

Na perspectiva de uma didática voltada para a produção e interpretação de textos, a atividade metalinguística deve ser instrumento de apoio para a discussão dos aspectos da língua que o professor seleciona e ordena no curso do ensino-aprendizagem. Assim, não se justifica tratar o ensino gramatical desarticulado das práticas de linguagem. É o caso, por exemplo, da gramática que, ensina de forma descontextualizada, tornou-se emblemática de um conteúdo estritamente escolar, do tipo que só serve para ir bem na prova e passar de ano – uma prática pedagógica que vai da metalingua para a língua por meio de exemplificação, exercícios de reconhecimento e memorização de terminologia. Em função disso, discute-se se há a necessidade de ensinar gramática. Mas essa é uma falsa questão: a questão verdadeira é o que, para que e como ensiná-la. [...] O que deve ser ensinado não responde às imposições de organização clássica de conteúdos na gramática escolar, mas aos aspectos que precisam ser tematizados em função das necessidades apresentadas pelos alunos nas atividades de produção, leitura e escuta de textos (BRASIL, 1998, p. 28-29).

São bastante recorrentes os debates referentes à necessidade de ministrar aulas de gramáticas, no que diz respeito à sua metodologia, aos seus objetivos e à finalidade dessas práticas pedagógicas em relação ao modo como o ensino da língua ocorre. De acordo com os PCN's, o ensino de gramática deve acontecer de maneira contextualizada, fazendo-se uso da metalinguagem como recurso para entender como funciona o funcionamento da língua nas atividades que envolvam leitura, produção e interpretação de textos. Nesse sentido, as práticas pedagógicas não devem focar apenas no uso da gramática, devendo-se evitar uma vasta repetição de exercícios de fixação de regras gramaticais que estão fora do contexto e das reais necessidades apresentadas pelos alunos durante as aulas. O docente precisa estar muito atento ao seu planejamento de aula, para que assim possa buscar a melhor maneira possível de selecionar o material didático de acordo com a realidade educacional. O mesmo deve dispor de objetivos e estratégias que proporcionem um aprendizado proveitoso aos alunos.

Os discursos presentes nos PCN's deixam clara a necessidade de mudanças em relação às práticas pedagógicas do ensino de Língua Portuguesa. É preciso se desfazer de práticas tradicionais equivocadas que ainda norteiam o ensino, uma vez que estão ancoradas muitas das vezes apenas em exercícios gramaticais que são descontextualizados e mecânicos, e que, com isso, acabam gerando, em muitos casos, distanciamento por parte dos alunos, quanto às aulas de Língua Portuguesa.

Os PCN's retomam as críticas em relação ao ensino de Língua Portuguesa direcionado para atividades descontextualizadas no âmbito da gramática. Estas, por sua vez, abordam, muitas das vezes, somente regras, classificações de palavras e memorização de nomenclaturas. De acordo com o documento:

Durante os últimos anos, a crítica ao ensino de Língua Portuguesa centrado em tópicos de gramática escolar e as alternativas teóricas apresentadas pelos estudos linguísticos, principalmente no que se refere à consciência dos fenômenos enunciativos e à análise tipológica dos textos, permitiram uma visão muito mais funcional da língua, o que provocou alterações nas práticas escolares, representando, em alguns casos, o abandono do tratamento dos aspectos gramaticais e da reflexão sistemática sobre os aspectos discursivos do funcionamento da linguagem. Para ampliar a competência discursiva dos alunos, no entanto, a criação de contextos efetivos de uso da linguagem é condição necessária, porém não suficiente, sobretudo no que se refere ao domínio pleno da modalidade escrita (BRASIL, 1998, p.78).

Diante desse contexto, surgem propostas de que o ensino tome novos caminhos e que mude o seu olhar, para que haja o bom funcionamento da língua, considerando que esta se faz presente nas diversas práticas sociais e condições de produção. O campo docente, juntamente com a escola, se vê diante da necessidade de transformar as práticas pedagógicas tradicionais, que estão ancoradas principalmente no uso da gramática prescritiva, que tem o foco nas regras de uma língua imaginária. É preciso buscar novas concepções para a avaliação e o ensino de língua nas escolas, proporcionando, assim, aos alunos a oportunidade de se tornarem sujeitos independentes, responsáveis e críticos, capazes de resolver os problemas encontrados durante seu aprendizado.

A BNCC sugere que o ensino de Língua Portuguesa deve acontecer de maneira contextualizada. Dessa maneira, o estudo da gramática deve ocorrer junto às práticas de leitura, escrita e oralidade. Além do mais, a memorização das regras gramaticais deve ser sucedida pela compreensão das formas de uso nos gêneros textuais. De acordo com o documento,

Se uma face do aprendizado da Língua Portuguesa decorre da efetiva atuação do estudante em práticas de linguagem que envolvem a leitura/escuta e a produção de textos orais, escritos e multissemióticos, situadas em campos de atuação específicos, a outra face provém da reflexão/análise sobre/da própria experiência de realização dessas práticas. Temos aí, portanto, o eixo da análise linguística/semiótica, que envolve o conhecimento sobre a língua, sobre a norma-padrão e

sobre as outras semioses, que se desenvolve transversalmente aos dois eixos - leitura/escuta e produção oral, escrita e multissemiótica – e que envolve análise textual, gramatical, lexical, fonológica e das materialidades das outras semioses (BRASIL, 2018, p. 80).

O que se observa perante essa descrição é que, mais do que a memorização de regras gramaticais, o trabalho deve se pautar no conhecimento sobre a língua, para contribuir com a leitura e a produção escrita, uma vez que estas modalidades são usadas por todo falante nas práticas de linguagem das quais participam.

Diante disso, tanto os PCN's como a BNCC apresentam a necessidade de romper com as práticas tradicionais do ensino de Língua Portuguesa que se encontram ancoradas no excesso de regras gramaticais descontextualizadas nas aulas de LP. Os documentos propõem, assim, um ensino através do qual se tenham novos olhares em relação à Língua Portuguesa. O docente deve adotar novas práticas pedagógicas com o intuito de proporcionar um ensino proveitoso e produtivo, que contemple as necessidades reais dos discentes.

3.3 Propostas pedagógicas para o ensino de gramática

Tem-se discutido a respeito de novas práticas de ensino, considerando que o campo docente, assim como a escola, precisa adotar novas práticas de ensino no que se refere ao ensino de gramática, pois um dos maiores desafios enfrentados pelo professor diz respeito a quais saberes gramaticais devem ser efetivamente ensinados. A principal questão colocada diante desse contexto para o professor de Língua Portuguesa é saber por quais caminhos se deve seguir, que medidas devem ser tomadas para que o ensino de gramática seja de fato produtivo e significativo.

Desta forma, conforme destaca Antunes (2003), os docentes precisam refletir sobre o que devem realmente ensinar aos seus alunos, tendo em mente como devem prosseguir e que medidas de ensino se enquadram melhor no ensino da gramática. De acordo com a autora, o professor deve estar atento para:

[...] as regras (mais precisamente: as regularidades) de como se usa a língua nos mais variados gêneros de textos orais e escritos. Por exemplo, quais as regras para a produção e leitura de um resumo, de uma resenha, de uma notícia, de um requerimento, de um aviso, entre muitos outros. Uma subquestão daí derivada é a de *como ensinar tais regularidades*, com que concepções, com que objetivos e posturas, desenvolvendo que competências e habilidades (ANTUNES, 2003, p.

88, grifos da autora).

Percebe-se então que o dilema que norteia o professor de Língua Portuguesa é que regras gramaticais devem ser ensinadas aos alunos, mas deve-se questionar em que perspectiva ensinar tais regras. Com isso, cabe ao professor saber diferenciar o que é regra de gramática e o que não é. Nesse sentido, ainda de acordo com Antunes (2003),

Regras de gramática, como o nome já diz, são normas, são orientações acerca de como usar as unidades da língua, de como combiná-las, para que se produzam determinados efeitos em enunciados funcionalmente inteligíveis, contextualmente interpretáveis e adequados aos fins pretendidos na interação. Dessa forma, são regras, por exemplo: a descrição de como empregar os pronomes; de como usar as flexões verbais, [...]. Em contrapartida, não são regras de uso, mas são apenas questões metalinguísticas de definição e classificação das unidades da língua, [...]. Como se vê, o que está em jogo nesse ensino é prioritariamente pretender que o aluno saiba o nome que as coisas da língua têm, ou seja, o que centraliza esse ensino é saber rotular, saber reconhecer e dar nome às coisas da língua (ANTUNES, 2003, p. 86-87).

Nessa mesma direção, percebe-se que se trata de possibilitar ao discente um conhecimento mais específico da gramática, e que esse ensino não fique totalmente desconectado do contexto de uso, para que assim se possa pensar em um ensino contextualizado da gramática. Diante disso faz-se necessário adotar novas práticas de ensino de gramática. Serão, a seguir, apresentadas algumas propostas pertinentes para uma abordagem contextualizada.

Primeiramente, o docente precisa adotar o texto como base para o ensino, abandonando as práticas focadas no uso do texto apenas como pretexto, nas quais este serve apenas para ilustrar uma noção gramatical e não chega assim a ser o objeto de estudo. De acordo com Marcuschi (2008):

Que o ensino de gramática deva dar-se através de textos é hoje um consenso tanto entre linguistas teóricos como aplicados. Sabiamente, essa é, também, uma prática comum na escola e orientação central dos PCN. A questão não reside no consenso ou na aceitação deste postulado, mas no modo como isto é posto em prática, já que muitas são as formas de se trabalhar um texto (MARCUSCHI, 2008, p. 51).

O autor defende que as tentativas de mudanças para o ensino de gramática a

partir de textos estão acontecendo, mas que é preciso muita conscientização para que se possa ter um resultado mais efetivo do que seja realmente um ensino contextualizado, uma vez que não adianta adotar o texto e estudar apenas as sentenças isoladas superficialmente, deixando de lado os contextos de produção e interação que lhe são inerentes.

Dessa forma, a aplicação do texto nas aulas de Língua Portuguesa tem uma importância significativa para o aprofundamento de análise linguística e interpretativa. Como ressalta Antunes:

Se o texto é o objeto de estudo, o movimento vai ser ao contrário: primeiro se estuda, se analisa, se tenta compreender o texto (no todo e em cada uma de suas partes- sempre em função do todo) e para que se chegue a essa compreensão, vão-se ativando as noções, os saberes gramaticais e lexicais que são necessários. Ou seja, o texto é que vai conduzindo a nossa análise e em função dele é que vamos recorrendo às determinações gramaticais, aos sentidos das palavras, ao conhecimento que temos da experiência, enfim [...] (ANTUNES, 2003, p. 110).

Nessa perspectiva, pode-se perceber que não é de tanta relevância saber os nomes das funções sintáticas das palavras ou saber diferenciar se um termo é complemento nominal ou objeto direto. Na perspectiva textual, a relevância dos saberes é de outra ordem. O conhecimento linguístico do aluno se afirma pela função que esses saberes têm na determinação dos possíveis sentidos previstos para o texto. Diante disso, o texto é que vai condicionar a escolha dos itens, os objetivos desejados e a escolha das atividades pedagógicas, pois em se adotando o texto de forma contextualizada, faz-se necessário considerar cada gênero em sua totalidade e trabalhar os aspectos interpretativos e gramaticais de maneira produtiva. É nesse ponto que os discentes compreenderão que a gramática é útil e flexível.

Além disso, saindo do texto é preciso ainda adotar um ensino de gramática que deixe de lado os velhos métodos de ensino, centrados no uso da regra pela regra. É preciso repensar qual a melhor maneira de se ensinar gramática. Para isso, os professores precisam pensar em um ensino que seja pautado no diálogo, a partir de contextos sociais de interação.

Seguindo o pensamento de Antunes (2003), o docente de Português deverá trazer para sala de aula uma gramática que seja relevante, da qual o mesmo irá precisar selecionar quais as regras gramaticais são realmente relevantes e úteis. É

preciso adotar noções e regras que possam possibilitar o desenvolvimento da competência comunicativa dos alunos, para que estes possam assim desenvolver competências fluentes e relevantes da fala e da escrita.

É importante que o estudante conheça uma gramática que seja funcional, que possibilite ao docente trabalhar de maneira que inclua em seus métodos uma abordagem que se preocupe com o funcionamento efetivo da língua, o que deve acontecer mediante a condição do texto, de maneira contextualizada, que busque a interação verbal, visto que esta, segundo Antunes (2003, p. 97), é condição “indispensável para a produção e interpretação de textos coerentes, relevantes e adequados socialmente”. É importante despertar um olhar mais atento dos discentes, propiciando uma troca de conhecimentos que seja estimulante, desafiadora, de modo que o professor busque desfazer a ideia instalada na cabeça dos alunos de que a gramática seja uma tarefa desinteressante. É preciso desmistificar esse fato e tornar, assim, o ensino de gramática produtivo e prazeroso.

Pensar em um ensino de gramática que preveja mais de uma norma parece ser algo muito difícil, inclusive para os docentes. Sabe-se que as formações continuadas, pedagógicas, cursos, entre outros, não parecem se preocupar tanto com questões voltadas para tais abordagens. Dessa forma, as cobranças e desafios acabam recaindo apenas para o professor, que precisa trabalhar a norma padrão de forma adequada em sua prática.

Sabe-se que é preciso deixar de lado o ensino equivocado da nomenclatura ligada à norma padrão, que, frequentemente, é realizado de forma errônea, uma vez que este registro linguístico é empregado como sendo a única norma certa. Com isso, o professor deve se preocupar em trazer para sala de aula, desde o planejamento, o ensino adequado da norma padrão, que é algo que precisa ser repensado, planejado e discutido entre todos que compõem a instituição e se preocupam com a forma como o conteúdo é recebido na sala de aula pelos discentes.

Diante disso, é preciso que os professores reconheçam que é chegada a hora de adotar novos caminhos no que se refere ao ensino da gramática. Para isso, uma das alternativas propostas neste trabalho é a abordagem dos gêneros textuais. Além disso, esse planejamento poderia ser realizado por meio de uma sequência didática, onde o professor iria levar para sala de aula vários gêneros textuais para trabalhar a gramática com os alunos, feito isso, ao final desse trabalho com os gêneros o professor vai poder ver quais dos gêneros que foram trabalhados despertaram mais interesse

nos alunos e a partir daí o mesmo vai estar ciente de que maneira deve prosseguir para o ensino de gramática de acordo com o gênero que fora escolhido, possibilitando uma forma de interação mais eficaz entre os sujeitos em sala.

Uma boa alternativa seria a utilização de memes como texto, pois, além de serem algo do conhecimento e vivência dos alunos, também possibilitam uma análise gramatical significativa. Seguindo a sequência proposta por Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004), o professor deve iniciar pela apresentação da situação, detalhando a situação de interlocução que está sendo realizada por meio do gênero selecionado. Em seguida, parte-se para a interpretação inicial do texto, a qual servirá de referência para o professor identificar os encaminhamentos que deverão seguir, bem como os assuntos que deverão ser abordados, tendo em vista o levantamento das principais dificuldades a partir das discussões iniciais com os discentes. Por fim, elaboram-se módulos de atividades diversificadas, os quais contemplem os diversos elementos constituintes do gênero abordado e que ainda não foram sistematizados pelos alunos. A SD (sequência didática) é finalizada com uma produção textual, na qual o aluno poderá incorporar os conhecimentos adquiridos em cada etapa. Seguindo esse modelo, o professor poderá então identificar qual será a melhor forma de se trabalhar a gramática em sala de aula através dos gêneros textuais.

Trata-se de um caminho árduo, tanto para o professor quanto para a escola, mas ambos precisam encarar esse momento de mudança e visualizar o ensino de gramática com um novo olhar, com uma nova perspectiva de ensino, pois só assim é que se terá um ensino de gramática que seja útil, flexível, prazeroso e principalmente que seja contextualizado, proporcionando assim aos alunos um ensino que traga de volta a vontade e o prazer de se estudar o português.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, o objetivo deste estudo foi discutir sobre um ensino da gramática que auxilie no desenvolvimento das competências comunicativas dos estudantes, trazendo reflexões sobre os equívocos que ainda predominam na escola em relação às aulas de Língua Portuguesa, com o intuito de trazer à tona novos olhares acerca de como ensinar gramática, numa tentativa de mostrar aos professores de Língua Portuguesa que o ensino da gramática deve ocorrer de maneira contextualizada.

A partir do que foi pesquisado, e considerando as reflexões feitas por Antunes (2003), comparando-as com a análise realizada no presente artigo, pode-se afirmar que o ensino da gramática, como ocorre em muitas escolas, se fundamenta, em grande parte, em um ensino tradicionalista, o qual concebe a língua de forma tradicional e estrutural. Ainda são perceptíveis propostas de um ensino com primazia aos estudos das categorias gramaticais. Fica claro que os professores até tentam contextualizar os estudos gramaticais, mas quando partem para a prática recaem no ensino tradicional, dando preferência, muitas das vezes, à estruturação das normas gramaticais, o que acaba por não promover um ensino contextualizado e interativo.

Dessa forma, é relevante destacar que o professor não pode apoiar-se apenas no ensino da gramática tradicionalista: é preciso buscar novos caminhos, novas práticas de ensino. É necessário que a escola e os professores busquem subsídios que possibilitem e aprimorem a aprendizagem dos sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

Por fim, ressalta-se a importância deste estudo, no sentido de possibilitar uma reflexão sobre o ensino de gramática observado nas salas de aula e o que se pretende ter. É importante destacar que os estudos que envolvem as práticas pedagógicas do ensino de Língua Portuguesa estão em aberto e que ainda falta muito a ser feito em relação ao ensino de língua portuguesa de modo que o mesmo aconteça de forma contextualizada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ANTUNES, Irandé. **Aulade Português: Encontro e interação**. São Paulo: Parábola, 2003.

_____. **Muito além da gramática: Por um ensino de línguas sem pedras no caminho**. São Paulo: parábola, 2007.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação - MEC, dezembro de 2018.

_____. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base**. Brasília: Ministério da Educação - MEC, dezembro de 2017.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Língua Portuguesa**. Brasília, 1997.

_____. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, 2000.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Língua Portuguesa**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CARVALHO, R.S.; FERRAREZI, JR. **Oralidade na educação básica: o que saber, como ensinar**. São Paulo: Parábola, 2018.

DOLZ J.; NOVERRAZ, N. e SCHNUWLY, B. Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. *In: DOLZ, J. e SCHNEUWLY, B. Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Produção Textual e análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.